

ESP-ESCOLA DE EDUCACAO FISICA - EEF

Edital 21/2026**Informações Básicas**

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
21/2026	180341-ESP-ESCOLA DE EDUCACAO FISICA - EEF	CAMILA GARBI DA ROCHA	03/06/2026 10:34 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		057.00164505/2026-75

SISTEMA DE FILTRAGEM - COMPLEXO AQUÁTICO**CONTRATANTE:**

UASG 180341 ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA POLÍCIA MILITAR

PREGÃO ELETRÔNICO:

EEF-341/0016/26

OBJETO:

. Contratação de serviço especializado para substituição dos filtros do sistema de filtragem e tratamento químico de água do complexo aquático da Escola de Educação Física Polícia Militar.

VALOR DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 38.985,00 (trinta e oito mil e novecentos e oitenta e cinco reais)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:

Sim

1. DO OBJETO

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA POLÍCIA MILITAR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 341/0016/2026

Processo Administrativo nº 057.00164505/2026-75

Torna-se público que a Polícia Militar do Estado de São Paulo, por meio da escola de Educação Física - EEF, sediada na Avenida Cruzeiro do Sul, nº 548, bairro Canindé, município de São Paulo/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviço especializado para substituição dos filtros do sistema de filtragem e tratamento químico de água do complexo aquático da Escola de Educação Física, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para os itens, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10).

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de: R\$ 389,85 (trezentos e oitenta e nove reais e noventa e cinco centavos).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registra
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2006.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

7.12. Considerando a exigência de apresentação de amostra(s) na documentação que integra este Edital como Anexo, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.12.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.12.3. Se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.12.3.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico eefuge@policiamilitar.sp.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
- 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 12.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou
- 12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013. 12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:
- 12.4.1. Multa Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- 12.4.2. Multa Moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, de 16 (dezesesseis) dias até o limite de 30 (trinta) dias;
- 12.4.3. Multa Moratória de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, de 31 (trinta e um) dias até o limite de 60 (sessenta) dias;
- 12.4.4. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;
- 12.4.5. Recusa injustificada em assinar, aceitar ou retirar o contrato, será aplicada multa moratória de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato ou diferença do preço resultante de nova licitação para realização da obrigação não cumprida, prevalecendo a de maior valor.
- 12.4.6. Multa Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.
- 12.4.7. Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem 12.1.3, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.
- 12.4.8. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.
- 12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação [ou a ata de registro de preços (caso se trate de licitação para registro de preços)] no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: dentro da plataforma comprasnet.gov.br e pelo correio eletrônico eefuge@policiamilitar.sp.gov.br.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet através do Diário Oficial do Estado de São Paulo, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou

declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa[ESP1] no item 3.10)

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico www.comprasnet.gov.br.

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.16.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

14.16.3. ANEXO III – Modelos referente a planilha de proposta;

14.16.4. ANEXO IV – Modelo(s) de Declaração(ões);

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CAMILA GARBI DA ROCHA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 10:34:07.

AMANDA LISLEY DE SOUSA

Agente de contratação

CRISTIANO APARECIDO MARTIN DA SILVA

Agente de contratação

ELIANE MATIAS RIBEIRO DA ROCHA

Agente de contratação

ESP-ESCOLA DE EDUCACAO FISICA - EEF

Termo de Referência 22/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
22/2026	180341-ESP-ESCOLA DE EDUCACAO FISICA - EEF	VICTOR TENORE ROCHA	02/06/2026 07:19 (v 0.8)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		057.00164505/2026-75

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 057.00164505/2026-75)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviço especializado para substituição de 02 filtros da casa de máquinas principal do Complexo Aquático da Escola de Educação Física da Polícia Militar do Estado de São Paulo, incluindo fornecimento de equipamentos, materiais, mão de obra especializada, retirada dos equipamentos existentes, instalação, adequações necessárias e entrega do sistema em pleno funcionamento, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. O objeto contempla o fornecimento, instalação e adequação do sistema de filtragem e tratamento químico de água para piscina, composto por 02 filtros comerciais em fibra de vidro, resistentes a tensões internas e à corrosão, com resistência mínima à pressão de trabalho de 2,5 kgf/cm², dotados de válvula seletora multifuncional, visor de retrolavagem, manômetro e sistema drenante compatível.

1.1.2. Inclui, ainda, o fornecimento de aproximadamente 5.400 kg de areia especial para filtros de piscina, com granulometria adequada ao sistema de filtragem da casa de máquinas principal do Complexo Aquático, destinada à recomposição/substituição do meio filtrante dos filtros que compõem o sistema, abrangendo os 02 filtros novos a serem instalados e os demais filtros existentes que permanecerão em operação.

1.1.3. A contratação compreende também o fornecimento de materiais hidráulicos e elétricos necessários, incluindo tubulações, conexões, registros, válvulas, cabos, disjuntores, acessórios e demais materiais indispensáveis à execução, bem como mão de obra especializada para instalação, interligação, adequações, testes operacionais e entrega do sistema em pleno funcionamento.

1.2. Especificação resumida do item

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço especializado de fornecimento, instalação e adequação do sistema de filtragem da casa de máquinas principal do Complexo Aquático da	9962	Serviço	1	R\$ 38.985,00	R \$ 38.985,00

EEF/PMESP, contemplando a substituição de 02 filtros existentes por 02 filtros comerciais novos em fibra de vidro, resistentes a tensões internas e à corrosão, com resistência mínima à pressão de trabalho de 2,5 kgf/cm², capacidade operacional unitária compatível com a filtragem de volume aproximado de 450 m³ de água em ciclo de até 8 horas, vazão operacional aproximada mínima de 51 m³/h por filtro e capacidade conjunta aproximada de 900 m³ em ciclo de até 8 horas. Os filtros deverão ser dotados de válvula seletora multifuncional, visor de retrolavagem, manômetro, sistema interno de distribuição e drenagem, cerca de 5.400 kg de meio filtrante em areia especial de granulometria adequada, conexões, registros, tubulações, válvulas, materiais hidráulicos e elétricos necessários, incluindo retirada dos equipamentos substituídos, instalação, interligação, adequações, testes operacionais e entrega do sistema em pleno funcionamento.					
--	--	--	--	--	--

1.3. Eventuais referências visuais, marcas, modelos, catálogos ou fichas técnicas utilizados para subsidiar a descrição da solução possuem caráter meramente referencial, destinados apenas à identificação do padrão mínimo de desempenho, capacidade, vazão, resistência, compatibilidade hidráulica e durabilidade pretendido pela Administração, não vinculando a contratação a fabricante específico.

1.4. Serão admitidos equipamentos equivalentes ou superiores, desde que atendam integralmente às especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente quanto à quantidade de filtros, capacidade operacional, vazão, pressão de trabalho, resistência, compatibilidade hidráulica, segurança, durabilidade e qualidade dos materiais.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O Complexo Aquático da Escola de Educação Física da Polícia Militar do Estado de São Paulo constitui estrutura essencial para a formação, capacitação e treinamento de policiais militares, sendo utilizado de forma contínua em atividades curriculares, treinamentos operacionais, avaliações físicas, cursos, projetos de extensão e demais atividades institucionais.

2.3. A estrutura possui aproximadamente 2.400 m² de área total construída, contemplando três tanques de treinamento, áreas de circulação (deck) e estruturas de casa de máquinas destinadas aos sistemas de filtragem, circulação, aquecimento e tratamento da água.

2.4. O 1º tanque possui dimensões aproximadas de 25 m x 19 m x 2,10 m, estrutura em alvenaria revestida com azulejos e volume aproximado de 1.100 m³ de água. O 2º tanque possui dimensões aproximadas de 25 m x 25 m, profundidade variável entre 1,10 m e 1,80 m e volume aproximado de 900 m³ de água.

2.5. Os sistemas do 1º e do 2º tanques são atendidos por uma casa de máquinas principal compartilhada, responsável pela circulação, filtragem, aquecimento e apoio ao tratamento da água desses dois tanques, composta por filtros de grande porte, motobombas trifásicas, trocadores de calor elétricos, tubulações, registros, válvulas, conexões, barriletes e demais componentes hidráulicos e elétricos necessários ao funcionamento integrado do sistema.

2.6. O 3º tanque possui dimensões aproximadas de 8 m x 4 m x 1,40 m, estrutura em fibra e volume aproximado de 50 m³ de água, possuindo casa de máquinas própria e separada, não abrangida pela presente contratação.

2.7. A presente contratação refere-se exclusivamente à casa de máquinas principal do Complexo Aquático, responsável pelo atendimento dos sistemas de filtragem e circulação dos 1º e 2º tanques.

2.8. Verifica-se que parte dos filtros atualmente instalados na casa de máquinas principal apresenta desgaste decorrente do uso contínuo, com redução da eficiência de filtragem, necessidade frequente de intervenções operacionais, maior demanda por manutenção corretiva e comprometimento do desempenho do sistema.

2.9. O funcionamento adequado dos filtros é indispensável para a retenção de partículas, redução de impurezas, manutenção da transparência da água, apoio ao equilíbrio do tratamento químico e preservação das condições sanitárias necessárias à utilização segura das piscinas.

2.10. A manutenção da situação atual pode comprometer a qualidade da água, elevar o consumo de insumos químicos, aumentar o esforço operacional da equipe responsável pela manutenção e prejudicar a plena utilização do Complexo Aquático nas atividades institucionais desenvolvidas pela Escola.

2.11. Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de contratação de serviço especializado para substituição de 02 filtros instalados na casa de máquinas principal do Complexo Aquático, com fornecimento de equipamentos novos, meio filtrante, sistema drenante, materiais hidráulicos e elétricos, retirada dos filtros existentes, instalação, adequações necessárias, testes operacionais e entrega do sistema em pleno funcionamento.

2.12. Os novos filtros deverão ser comerciais, confeccionados em fibra de vidro, resistentes a tensões internas e à corrosão, com resistência mínima à pressão de trabalho de 2,5 kgf/cm², capacidade operacional unitária compatível com a filtragem de volume aproximado de 450 m³ de água em ciclo de até 8 horas e vazão operacional aproximada mínima de 51 m³/h por filtro.

2.13. Considerando a instalação de 02 filtros, o conjunto deverá apresentar capacidade total aproximada de filtragem de 900 m³ de água em ciclo de até 8 horas, com vazão conjunta aproximada mínima de 102 m³/h, de modo a atender à demanda operacional da estrutura existente.

2.14. A substituição dos filtros contribuirá para a melhoria da eficiência do sistema de filtragem, manutenção da qualidade da água, redução de falhas operacionais, diminuição da necessidade de intervenções corretivas, preservação dos demais componentes da casa de máquinas e continuidade das atividades institucionais.

2.15. A contratação mostra-se necessária para assegurar a segurança sanitária dos usuários, a eficiência operacional do sistema, a conservação da infraestrutura pública existente e a continuidade das atividades curriculares, operacionais, avaliativas e institucionais desenvolvidas no Complexo Aquático da EEF/PMESP.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Descrição geral da solução

3.1.1. A solução proposta consiste na substituição de 02 filtros atualmente instalados na casa de máquinas principal do Complexo Aquático da Escola de Educação Física da Polícia Militar do Estado de São Paulo, responsável pelo atendimento dos sistemas de filtragem e circulação dos 1º e 2º tanques.

3.1.2. A contratação deverá contemplar o fornecimento e instalação de 02 filtros comerciais novos em fibra de vidro, resistentes a tensões internas e à corrosão, com resistência mínima à pressão de trabalho de 2,5 kgf/cm², capacidade operacional unitária compatível com a filtragem de volume aproximado de 450 m³ de água em ciclo de até 8 horas e vazão operacional aproximada mínima de 51 m³/h por filtro.

3.1.3. Os 02 filtros novos passarão a compor o sistema já existente da casa de máquinas principal do Complexo Aquático, juntamente com os demais filtros, motobombas, tubulações, registros, válvulas e componentes hidráulicos instalados, devendo apresentar capacidade, vazão, resistência e compatibilidade adequadas à integração com o conjunto existente e à demanda operacional dos tanques atendidos.

3.1.4. A solução deverá contemplar, ainda, o fornecimento de meio filtrante em areia especial, sistema drenante compatível, válvulas seletoras multifuncionais, visores de retrolavagem, manômetros, tubulações, registros, conexões, curvas, reduções, uniões, vedações, materiais hidráulicos e elétricos necessários, bem como demais componentes indispensáveis ao pleno funcionamento do sistema.

3.1.5. A execução deverá incluir a retirada dos 02 filtros existentes a serem substituídos, transporte interno e posicionamento dos novos equipamentos, instalação dos filtros, carregamento do meio filtrante, interligação à rede hidráulica existente, adequações hidráulicas e elétricas necessárias, testes operacionais, ajustes finais e entrega do sistema em pleno funcionamento.

3.1.6. A solução deverá ser fornecida de forma integrada, de modo a assegurar a compatibilidade entre os filtros novos, filtros remanescentes, válvulas, meio filtrante, sistema drenante, tubulações, registros, conexões, motobombas existentes e demais componentes da casa de máquinas principal.

3.1.7. A contratação deverá prever a destinação ambientalmente adequada dos filtros substituídos, embalagens, resíduos, eventual meio filtrante descartado e demais materiais gerados durante a execução dos serviços.

3.1.8. A solução deverá garantir melhoria da eficiência do sistema de filtragem, manutenção da qualidade da água, redução de falhas operacionais, diminuição da necessidade de intervenções corretivas, preservação dos demais componentes da casa de máquinas e continuidade das atividades institucionais desenvolvidas no Complexo Aquático.

3.2. Caracterização da estrutura atendida

3.2.1. O Complexo Aquático da EEF/PMESP possui aproximadamente 2.400 m² de área total construída, contemplando três tanques de treinamento, áreas de circulação e estruturas de casa de máquinas destinadas aos sistemas de filtragem, circulação, aquecimento e tratamento da água.

3.2.2. O 1º tanque possui dimensões aproximadas de 25 m x 19 m x 2,10 m, estrutura em alvenaria revestida com azulejos e volume aproximado de 1.100 m³ de água.

3.2.3. O 2º tanque possui dimensões aproximadas de 25 m x 25 m, profundidade variável entre 1,10 m e 1,80 m e volume aproximado de 900 m³ de água.

3.2.4. Os sistemas do 1º e do 2º tanques são atendidos por casa de máquinas principal compartilhada, composta por filtros de grande porte, motobombas trifásicas, trocadores de calor elétricos, tubulações de sucção e retorno, registros, válvulas, conexões, barriletes e demais componentes hidráulicos e elétricos necessários ao funcionamento integrado do sistema.

3.2.5. O 3º tanque possui dimensões aproximadas de 8 m x 4 m x 1,40 m, estrutura em fibra e volume aproximado de 50 m³ de água, possuindo casa de máquinas própria e separada, não abrangida pela presente contratação.

3.2.6. A presente contratação, portanto, refere-se exclusivamente à casa de máquinas principal do Complexo Aquático, responsável pelo atendimento dos sistemas dos 1º e 2º tanques.

3.3. Referências visuais da solução e do local de instalação

3.3.1. A seguir, apresentam-se imagens ilustrativas referentes ao padrão de filtro comercial em fibra de vidro e à casa de máquinas principal do Complexo Aquático, destinadas a subsidiar a compreensão do escopo da contratação.





3.3.2. As imagens possuem caráter meramente ilustrativo e referencial, não vinculando a contratação a marca, modelo ou fabricante específico.

3.3.3. Serão admitidos equipamentos equivalentes ou superiores, desde que atendam integralmente às especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente quanto à quantidade de filtros, capacidade operacional, vazão, pressão de trabalho, resistência, compatibilidade hidráulica, segurança, durabilidade e qualidade dos materiais.

3.4. Componentes mínimos da solução

3.4.1. A solução a ser contratada deverá contemplar, no mínimo:

3.4.1.1. fornecimento de 02 filtros comerciais novos em fibra de vidro;

3.4.1.2. fornecimento de válvulas seletoras multifuncionais compatíveis com os filtros fornecidos;

3.4.1.3. fornecimento de visores de retrolavagem e manômetros;

3.4.1.4. fornecimento de sistema interno de distribuição e drenagem compatível com os filtros;

3.4.1.5. fornecimento de aproximadamente 5.400 kg de areia especial para filtros de piscina, com granulometria adequada ao sistema de filtragem da casa de máquinas principal do Complexo Aquático, destinada à recomposição/substituição do meio filtrante dos filtros que compõem o sistema, incluindo os 02 filtros novos a serem instalados e os demais filtros existentes que permanecerão em operação;

3.4.1.6. fornecimento de tubulações, registros, válvulas, curvas, reduções, conexões, uniões, vedações, suportes, adaptadores e demais materiais hidráulicos necessários;

3.4.1.7. fornecimento de materiais elétricos eventualmente necessários à perfeita integração e segurança do sistema;

3.4.1.8. retirada dos 02 filtros existentes a serem substituídos;

3.4.1.9. instalação dos 02 novos filtros na casa de máquinas principal;

3.4.1.10. interligação dos novos filtros à rede hidráulica existente;

3.4.1.11. execução de adequações hidráulicas e elétricas necessárias;

3.4.1.12. realização de testes operacionais;

3.4.1.13. realização de ajustes finais;

3.4.1.14. destinação ambientalmente adequada dos equipamentos substituídos e resíduos gerados;

3.4.1.15. entrega do sistema em pleno funcionamento.

3.5. Requisitos técnicos essenciais da solução

3.5.8. O meio filtrante deverá ser composto por areia especial para filtros de piscina, com granulometria compatível com o sistema de filtragem da casa de máquinas principal do Complexo Aquático, preferencialmente na faixa aproximada de 0,5 mm a 0,8 mm, ou outra granulometria tecnicamente equivalente recomendada pelo fabricante dos equipamentos.

3.5.9. O quantitativo estimado de meio filtrante será de aproximadamente 5.400 kg, destinado à recomposição/substituição da areia dos filtros que compõem a casa de máquinas principal do Complexo Aquático, incluindo os 02 filtros novos a serem instalados e os demais filtros existentes que integram o sistema.

3.5.10. A quantidade indicada considera a necessidade de adequação do sistema de filtragem como um todo, observada a configuração atual da casa de máquinas principal e o conjunto de filtros de grande porte responsável pelo atendimento dos 1º e 2º tanques.

3.5.11. A areia deverá ser fornecida em condições adequadas de uso, livre de impurezas, matéria orgânica, terra ou quaisquer materiais que possam comprometer a qualidade da água, a eficiência de retenção de partículas ou o funcionamento do sistema de filtragem.

3.6. Ciclo de vida e desempenho esperado

3.6.1. A solução deverá apresentar durabilidade e desempenho compatíveis com o uso contínuo em ambiente institucional, submetido à umidade e ao contato com produtos químicos próprios do tratamento de água de piscina.

3.6.2. Os equipamentos e materiais fornecidos deverão possuir resistência, vida útil e qualidade compatíveis com a finalidade pretendida, reduzindo a necessidade de intervenções corretivas frequentes.

3.6.3. A solução deverá contribuir para a melhoria da qualidade da água, maior eficiência na retenção de partículas, redução de falhas operacionais e maior confiabilidade do sistema de filtragem.

3.6.4. A solução deverá favorecer a preservação dos demais componentes da casa de máquinas principal, especialmente motobombas, tubulações, registros, válvulas, barriletes e demais componentes hidráulicos e elétricos.

3.6.5. Ao final da execução, o sistema deverá ser entregue instalado, testado, ajustado e em pleno funcionamento, apto a operar de acordo com a demanda institucional do Complexo Aquático.

3.7. Sustentabilidade e impactos ambientais

3.7.1. A solução deverá contribuir para maior eficiência no tratamento da água, podendo reduzir a necessidade de intervenções corretivas, desperdício de água e consumo excessivo de insumos químicos.

3.7.2. A contratada deverá realizar a destinação ambientalmente adequada dos filtros substituídos, embalagens, eventual meio filtrante descartado e demais resíduos gerados durante a execução.

3.7.3. A execução deverá observar boas práticas de limpeza, organização, segurança e controle de resíduos no interior da casa de máquinas principal.

3.7.4. A contratação deverá observar os princípios da sustentabilidade, eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser observados os seguintes requisitos:

4.1.1.1. destinação ambientalmente adequada dos filtros substituídos, embalagens, resíduos, eventual meio filtrante descartado e demais materiais gerados durante a execução dos serviços;

4.1.1.2. adoção de práticas que minimizem desperdício de água, materiais e insumos durante a execução da instalação e dos testes operacionais;

4.1.1.3. utilização de materiais duráveis, compatíveis com ambiente sujeito à umidade e ao contato com produtos químicos próprios do tratamento de água de piscina;

4.1.1.4. preservação das condições de limpeza, organização e segurança da casa de máquinas principal durante a execução dos serviços;

4.1.1.5. adoção de solução que favoreça a eficiência operacional do sistema de filtragem, contribuindo para a manutenção da qualidade da água e para a otimização do uso de insumos químicos.

4.2. Requisitos técnicos dos filtros

4.2.1. Os filtros fornecidos deverão ser novos, sem uso anterior, do tipo comercial, próprios para piscinas de grande porte e compatíveis com uso contínuo em ambiente institucional.

4.2.2. Os filtros deverão ser confeccionados em fibra de vidro, resistentes a tensões internas e à corrosão, com estrutura adequada ao funcionamento em casa de máquinas submetida à umidade e ao uso regular de produtos químicos destinados ao tratamento da água.

4.2.3. Cada filtro deverá possuir resistência mínima à pressão de trabalho de 2,5 kgf/cm², admitindo-se equipamento com resistência superior.

4.2.4. Cada filtro deverá possuir capacidade operacional compatível com a filtragem de volume aproximado de 450 m³ de água em ciclo de até 8 horas, admitindo-se equipamento equivalente ou superior.

4.2.5. Cada filtro deverá possuir capacidade operacional compatível com a filtragem de volume aproximado de 450 m³ de água em ciclo de até 8 horas, com vazão operacional aproximada mínima de 51 m³/h, admitindo-se equipamento equivalente ou superior, desde que compatível com a estrutura hidráulica existente, com os demais filtros da casa de máquinas principal e com as motobombas instaladas.

4.2.6. Considerando que os 02 filtros a serem instalados passarão a compor o sistema já existente da casa de máquinas principal do Complexo Aquático, juntamente com os demais filtros e equipamentos instalados, os equipamentos fornecidos deverão apresentar capacidade operacional compatível com a demanda do sistema, observada a vazão aproximada mínima de 51 m³/h por filtro, a integração com a rede hidráulica existente, o volume dos tanques atendidos e as rotinas operacionais de filtragem, retrolavagem e manutenção da qualidade da água.

4.2.7. Os filtros deverão possuir área de filtragem compatível com a vazão e com o volume de água atendido, admitindo-se, como referência técnica, área aproximada mínima de 1,13 m² por filtro, ou configuração tecnicamente equivalente ou superior.

4.2.8. Os filtros deverão possuir sistema interno de distribuição e drenagem adequado ao meio filtrante utilizado, garantindo distribuição uniforme do fluxo de água, eficiência na retenção de partículas e adequado desempenho nos processos de filtração, retrolavagem e enxágue.

4.2.9. Os filtros deverão possuir base de apoio estável, estrutura resistente e dimensões compatíveis com o espaço físico da casa de máquinas principal, considerando acesso para instalação, operação, inspeção, retrolavagem e manutenção futura.

4.3. Válvula seletora, visor e manômetro

4.3.1. Cada filtro deverá possuir válvula seletora multifuncional compatível com a capacidade, vazão e pressão de operação do equipamento.

4.3.2. A válvula seletora deverá permitir, no mínimo, as funções de filtrar, drenar, retrolavar, recircular, enxaguar e fechar/testar, ou funções equivalentes previstas pelo fabricante.

4.3.3. Como referência técnica de compatibilidade hidráulica, admite-se válvula seletora com diâmetro aproximado de 75 mm, ou solução tecnicamente equivalente ou superior, desde que compatível com o filtro fornecido e com a rede hidráulica existente.

4.3.4. Cada filtro deverá possuir visor de retrolavagem, permitindo a verificação visual da água durante o processo de lavagem do meio filtrante.

4.3.5. Cada filtro deverá possuir manômetro em condição de leitura adequada, permitindo o acompanhamento da pressão interna de operação e a identificação da necessidade de retrolavagem ou intervenção técnica.

4.4. Meio filtrante

4.4.1. O meio filtrante deverá ser composto por areia especial para filtros de piscina, adequada ao sistema de filtragem da casa de máquinas principal do Complexo Aquático.

4.4.2. A areia filtrante deverá possuir granulometria adequada ao sistema, preferencialmente na faixa aproximada de 0,5 mm a 0,8 mm, ou outra granulometria tecnicamente equivalente recomendada pelo fabricante dos equipamentos.

4.4.3. O quantitativo estimado de meio filtrante será de aproximadamente 5.400 kg de areia especial para filtros de piscina.

4.4.4. A quantidade estimada destina-se à recomposição/substituição do meio filtrante dos filtros que compõem a casa de máquinas principal, abrangendo os 02 filtros novos a serem instalados e os demais filtros existentes que permanecerão integrados ao sistema.

4.4.5. O meio filtrante deverá ser fornecido em quantidade suficiente para assegurar o pleno funcionamento do sistema de filtragem, observadas as características dos filtros novos, dos filtros remanescentes e da configuração hidráulica existente.

4.4.6. A areia filtrante deverá ser fornecida em condições adequadas de uso, livre de impurezas, matéria orgânica, terra ou materiais que possam comprometer a qualidade da água, a eficiência de retenção de partículas ou o funcionamento do sistema.

4.5. Compatibilidade hidráulica e adequações necessárias

4.5.1. A solução deverá ser compatível com a configuração hidráulica existente na casa de máquinas principal do Complexo Aquático.

4.5.2. A instalação deverá considerar a posição dos filtros existentes, os pontos de sucção e retorno, a disposição das tubulações, o espaço disponível, a localização das motobombas, registros, válvulas, barriletes, conexões e demais componentes do sistema.

4.5.3. Como referência técnica de compatibilidade hidráulica, admite-se solução com tubulações de sucção e retorno em diâmetro aproximado de 110 mm, registros compatíveis e utilização de tubos e conexões adequados à pressão e à vazão do sistema, ou configuração tecnicamente equivalente ou superior.

4.5.4. A contratada deverá fornecer e instalar, quando necessário, tubulações, registros, válvulas, curvas, reduções, uniões, conexões, suportes, vedações, adaptadores e demais materiais indispensáveis à interligação dos novos filtros ao sistema existente.

4.5.5. A instalação dos novos filtros não poderá comprometer o funcionamento dos demais equipamentos existentes na casa de máquinas principal.

4.5.6. A solução deverá preservar condições adequadas de acesso para operação, inspeção, retrolavagem, manutenção preventiva e eventual manutenção corretiva dos equipamentos.

4.6. Requisitos elétricos e de segurança

4.6.1. A contratada deverá verificar a compatibilidade elétrica necessária à instalação e funcionamento do sistema, especialmente quando houver necessidade de interligação, adequação ou proteção de equipamentos relacionados ao conjunto.

4.6.2. Quando tecnicamente necessário, deverão ser fornecidos e instalados cabos, disjuntores, chaves, acionamentos, proteções, conexões elétricas e demais acessórios indispensáveis à segurança e ao funcionamento adequado do sistema.

4.6.3. A execução deverá observar normas técnicas aplicáveis, boas práticas de segurança e procedimentos adequados para trabalhos em ambiente com presença de água, umidade e equipamentos elétricos.

4.6.4. A instalação deverá prever os dispositivos de segurança e acionamento necessários ao adequado funcionamento do conjunto, inclusive quanto à compatibilidade elétrica, proteção dos equipamentos e prevenção de falhas relacionadas à tensão elétrica.

4.7. Requisitos de instalação e execução

4.7.1. A contratada deverá realizar a retirada dos 02 filtros existentes a serem substituídos.

4.7.2. A contratada deverá transportar, posicionar e instalar os 02 filtros comerciais novos em fibra de vidro na casa de máquinas principal.

4.7.3. A contratada deverá realizar o carregamento adequado do meio filtrante nos filtros instalados.

4.7.4. A contratada deverá executar as adequações hidráulicas e elétricas necessárias à perfeita interligação dos novos filtros ao sistema existente.

4.7.5. A contratada deverá realizar a fixação, vedação, conexão, alinhamento e regulação dos equipamentos e componentes instalados.

4.7.6. A execução dos serviços deverá minimizar impactos ao funcionamento do Complexo Aquático, devendo ser previamente alinhada com a Administração quanto a datas, horários e condições de intervenção.

4.7.7. A contratada deverá manter o local limpo, organizado e seguro durante a execução dos serviços.

4.8. Testes operacionais e entrega do sistema

- 4.8.1. Após a instalação, a contratada deverá realizar testes operacionais para verificação do pleno funcionamento do sistema.
- 4.8.2. Os testes deverão contemplar, no mínimo, verificação de estanqueidade, ausência de vazamentos, funcionamento das válvulas seletoras, leitura dos manômetros, funcionamento dos visores de retrolavagem, circulação da água e operação das funções disponíveis.
- 4.8.3. Deverão ser testadas, no mínimo, as funções de filtrar, drenar, retrolavar, recircular, enxaguar e fechar/testar, ou funções equivalentes disponíveis nos equipamentos fornecidos.
- 4.8.4. Eventuais vazamentos, falhas de vedação, incompatibilidades, ruídos anormais, obstruções, perdas de eficiência ou irregularidades identificadas durante os testes deverão ser corrigidos pela contratada antes do recebimento definitivo.
- 4.8.5. A entrega do objeto somente será considerada concluída após a instalação completa, realização dos testes operacionais, correção de eventuais inconformidades e comprovação do pleno funcionamento do sistema.
- 4.9. Subcontratação
- 4.9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto principal da contratação.
- 4.9.2. A eventual utilização de apoio técnico complementar, quando necessária, não afastará a responsabilidade integral da contratada pela execução, compatibilidade, qualidade, segurança e entrega do sistema em pleno funcionamento.
- 4.10. Garantia da contratação
- 4.10.1. Não haverá exigência de garantia da contratação, nos termos da legislação aplicável, em razão da natureza do objeto e do baixo risco envolvido na execução.
- 4.10.2. A dispensa da garantia contratual não afasta a responsabilidade da contratada quanto à qualidade dos equipamentos fornecidos, dos materiais empregados e dos serviços executados.
- 4.11. Garantia dos equipamentos e serviços
- 4.11.1. Os equipamentos fornecidos deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação, sem prejuízo da garantia legal aplicável.
- 4.11.2. Os serviços executados deverão possuir garantia mínima de 12 meses, contados do recebimento definitivo do objeto.
- 4.11.3. Durante o prazo de garantia, a contratada deverá corrigir, às suas expensas, vícios, defeitos, falhas de instalação, vazamentos ou inconformidades decorrentes da execução dos serviços ou dos materiais empregados.
- 4.12. Documentação técnica e orientação operacional
- 4.12.1. A contratada deverá fornecer documentação técnica dos equipamentos instalados, quando disponível, incluindo manual, ficha técnica, certificado, termo de garantia ou documento equivalente.
- 4.12.2. A contratada deverá prestar orientações básicas à equipe responsável quanto à operação, retrolavagem, enxágue, leitura do manômetro, cuidados gerais e manutenção básica dos filtros instalados.
- 4.13. Vistoria
- 4.13.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é recomendada para conhecimento das condições e peculiaridades da casa de máquinas principal do Complexo Aquático.
- 4.13.2. Será assegurado aos interessados o direito de realização de vistoria prévia, mediante agendamento junto à Administração.
- 4.13.3. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá declarar formalmente que possui pleno conhecimento das condições do local, da estrutura hidráulica e elétrica existente, dos acessos, dimensões, pontos de interligação e demais peculiaridades da execução.
- 4.13.4. A não realização da vistoria não poderá ser utilizada como justificativa para descumprimento contratual, pedido de aditivo, alegação de desconhecimento das condições existentes ou alteração injustificada do preço proposto.
- 4.14. Vedação ao direcionamento de marca
- 4.14.1. Eventuais referências visuais, marcas, modelos ou catálogos utilizados para subsidiar a especificação técnica possuem caráter meramente referencial, destinados apenas à identificação do padrão mínimo de desempenho, capacidade, vazão, resistência, compatibilidade hidráulica e durabilidade pretendido pela Administração.
- 4.14.2. A contratação não ficará vinculada a fabricante, marca ou modelo específico.
- 4.14.3. Serão admitidos equipamentos equivalentes ou superiores, desde que atendam integralmente às especificações mínimas de desempenho, capacidade, vazão, pressão de trabalho, resistência, compatibilidade hidráulica, segurança, durabilidade e qualidade exigidas pela Administração.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de execução

5.1.1. A execução do objeto deverá observar a seguinte dinâmica:

5.1.1.1. emissão da ordem de serviço ou instrumento equivalente;

5.1.1.2. mobilização da equipe técnica da contratada;

5.1.1.3. vistoria inicial e conferência das condições da casa de máquinas principal do Complexo Aquático;

5.1.1.4. identificação dos 02 filtros existentes a serem substituídos;

5.1.1.5. análise dos pontos de interligação hidráulica e, quando necessário, elétrica;

5.1.1.6. retirada dos 02 filtros existentes;

5.1.1.7. fornecimento, transporte interno e posicionamento dos 02 filtros comerciais novos em fibra de vidro;

5.1.1.8. instalação dos novos filtros, válvulas seletoras, manômetros, visores de retrolavagem, sistema drenante, meio filtrante e demais componentes necessários;

5.1.1.9. execução das adequações hidráulicas e elétricas indispensáveis à integração dos novos filtros ao sistema existente;

5.1.1.10. interligação dos novos filtros à rede hidráulica da casa de máquinas principal;

5.1.1.11. realização de testes operacionais;

5.1.1.12. correção de eventuais inconformidades identificadas durante os testes;

5.1.1.13. limpeza e organização do local;

5.1.1.14. destinação ambientalmente adequada dos filtros substituídos, embalagens e resíduos gerados;

5.1.1.15. entrega do sistema em pleno funcionamento.

5.1.2. A execução deverá considerar que os 02 filtros novos passarão a compor o sistema já existente da casa de máquinas principal, juntamente com os demais filtros, motobombas, tubulações, registros, válvulas, barriletes e componentes hidráulicos instalados.

5.1.3. A contratada deverá garantir que a instalação dos novos filtros seja compatível com a configuração hidráulica existente, com as motobombas instaladas, com os pontos de sucção e retorno, com o espaço físico disponível e com as rotinas operacionais de filtragem, retrolavagem, enxágue e manutenção da qualidade da água.

5.1.4. A execução dos serviços deverá ser previamente alinhada com a Administração, de modo a reduzir impactos nas atividades institucionais desenvolvidas no Complexo Aquático.

5.1.5. Caso seja necessária interrupção parcial ou temporária do funcionamento do sistema, a contratada deverá comunicar previamente a Administração, indicando o tempo estimado de intervenção e as medidas necessárias para preservação da segurança e da qualidade da água.

5.2. Prazo de execução

5.2.1. O início da execução do objeto deverá ocorrer em até 10 dias corridos, contados da emissão da ordem de serviço ou instrumento equivalente.

5.2.2. O prazo total para execução do objeto será de até 30 dias corridos, contados do início da execução, podendo ser ajustado mediante justificativa técnica aceita pela Administração.

5.2.3. O prazo de execução compreenderá o fornecimento dos equipamentos e materiais, retirada dos filtros existentes, instalação dos novos filtros, adequações necessárias, testes operacionais, ajustes finais, limpeza do local e entrega do sistema em pleno funcionamento.

5.3. Local da prestação dos serviços

5.3.1. Os serviços serão prestados na casa de máquinas principal do Complexo Aquático da Escola de Educação Física da Polícia Militar do Estado de São Paulo, situada à Avenida Cruzeiro do Sul, nº 548, bairro Canindé, São Paulo/SP.

5.3.2. A casa de máquinas principal atende aos sistemas de filtragem e circulação dos 1º e 2º tanques do Complexo Aquático.

5.3.3. A presente contratação não abrange a casa de máquinas própria e separada do 3º tanque.

5.4. Horário de execução

5.4.1. Os serviços deverão ser executados em horário previamente acordado com a Administração.

5.4.2. A definição do horário de execução deverá considerar a rotina de aulas, treinamentos, avaliações físicas, cursos e demais atividades institucionais desenvolvidas no Complexo Aquático.

5.4.3. A Administração poderá solicitar ajustes no horário de execução, quando necessário, para reduzir impactos operacionais, preservar a segurança dos usuários e permitir o acompanhamento dos serviços.

5.5. Materiais, equipamentos e insumos a serem fornecidos pela contratada

5.5.1. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá fornecer todos os equipamentos, materiais, ferramentas, acessórios, insumos e mão de obra necessários, incluindo, no mínimo:

5.5.1.1. 02 filtros comerciais novos em fibra de vidro;

5.5.1.2. válvulas seletoras multifuncionais compatíveis com os filtros fornecidos;

5.5.1.3. manômetros;

5.5.1.4. visores de retrolavagem;

5.5.1.5. sistema interno de distribuição e drenagem compatível com os filtros;

5.5.1.6. aproximadamente 5.400 kg de areia especial para filtros de piscina, com granulometria adequada, destinada à recomposição/substituição do meio filtrante dos filtros da casa de máquinas principal do Complexo Aquático, incluindo os 02 filtros novos a serem instalados e os demais filtros existentes que integram o sistema;

5.5.1.7. tubulações, registros, válvulas, curvas, reduções, uniões, conexões, vedações, adaptadores, suportes e demais materiais hidráulicos necessários;

5.5.1.8. materiais elétricos eventualmente necessários à segurança e adequada integração do sistema;

5.5.1.9. ferramentas e equipamentos necessários ao transporte interno, posicionamento, instalação, fixação, vedação, alinhamento e regulação dos filtros;

5.5.1.10. demais componentes indispensáveis à entrega do sistema em pleno funcionamento.

5.5.2. Todos os materiais fornecidos deverão ser novos, compatíveis entre si, adequados ao uso em sistemas comerciais de piscina e compatíveis com as condições de operação da casa de máquinas principal.

5.6. Informações relevantes para a execução

5.6.1. A execução do objeto deverá considerar:

5.6.1.1. a necessidade de compatibilidade dos novos filtros com o sistema existente;

5.6.1.2. a permanência de filtros remanescentes na casa de máquinas principal;

5.6.1.3. a integração com as motobombas, tubulações, registros, válvulas, conexões e barriletes existentes;

5.6.1.4. a vazão operacional mínima aproximada de 51 m³/h por filtro;

5.6.1.5. a capacidade operacional de referência de aproximadamente 450 m³ por filtro em ciclo de até 8 horas;

5.6.1.6. o volume dos tanques atendidos pela casa de máquinas principal;

5.6.1.7. as condições estruturais, hidráulicas e elétricas da casa de máquinas;

5.6.1.8. a necessidade de acesso para operação, inspeção, retrolavagem e manutenção futura;

5.6.1.9. a necessidade de minimizar impactos às atividades institucionais;

5.6.1.10. a segurança dos operadores, usuários e demais pessoas que circulem no local;

5.6.1.11. a necessidade de fornecimento de aproximadamente 5.400 kg de areia especial para filtros de piscina;

5.6.1.12. a recomposição/substituição do meio filtrante dos filtros que compõem a casa de máquinas principal, e não apenas dos 02 filtros novos a serem instalados;

5.6.1.13. a necessidade de compatibilidade da areia fornecida com os filtros novos, com os filtros remanescentes e com a configuração operacional do sistema existente.

5.6.2. A contratada deverá verificar previamente todas as medidas, pontos de interligação, espaços disponíveis, acessos e condições do local, sendo responsável pela perfeita compatibilidade entre os equipamentos fornecidos, materiais empregados e sistema existente.

5.7. Testes operacionais

5.7.1. Após a instalação, a contratada deverá realizar testes operacionais para comprovação do pleno funcionamento dos filtros instalados e de sua integração ao sistema existente.

5.7.2. Os testes deverão contemplar, no mínimo:

5.7.2.1. verificação da estanqueidade do sistema;

5.7.2.2. verificação de ausência de vazamentos;

5.7.2.3. funcionamento das válvulas seletoras;

5.7.2.4. funcionamento dos manômetros;

5.7.2.5. funcionamento dos visores de retrolavagem;

5.7.2.6. verificação da circulação da água;

5.7.2.7. teste da função filtrar;

5.7.2.8. teste da função retrolavar;

5.7.2.9. teste da função enxaguar;

5.7.2.10. teste da função recircular;

5.7.2.11. teste da função drenar;

5.7.2.12. teste da função fechar/testar, ou equivalente disponível no equipamento fornecido.

5.7.3. Eventuais falhas, vazamentos, ruídos anormais, incompatibilidades, obstruções, irregularidades de pressão ou inconformidades identificadas durante os testes deverão ser corrigidos pela contratada antes do recebimento definitivo.

5.8. Garantia dos serviços

5.8.1. O prazo de garantia dos serviços será de, no mínimo, 12 meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo do objeto, sem prejuízo da garantia legal aplicável.

5.8.2. Durante o prazo de garantia, a contratada deverá corrigir, às suas expensas, falhas, vícios, vazamentos, defeitos de instalação, inconformidades de funcionamento ou problemas decorrentes dos materiais empregados ou dos serviços executados.

5.8.3. A garantia dos serviços não afasta a garantia dos equipamentos fornecidos, que deverá observar as condições do fabricante e a legislação aplicável.

5.9. Transição e encerramento

5.9.1. Não serão necessários procedimentos de transição contratual, em razão das características do objeto, contratado por escopo.

5.9.2. O encerramento da execução ocorrerá após a instalação completa dos 02 filtros, realização dos testes operacionais, correção de eventuais inconformidades, limpeza do local, destinação adequada dos resíduos e entrega do sistema em pleno funcionamento.

5.9.3. A contratada deverá fornecer orientações básicas à equipe responsável quanto à operação, retrolavagem, enxágue, leitura dos manômetros, cuidados gerais e manutenção básica dos filtros instalados.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Diretrizes gerais de gestão

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta apresentada pela contratada e nas normas legais aplicáveis.

6.1.2. Cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, observadas as disposições legais e contratuais pertinentes.

6.1.3. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pela Administração, por meio de gestor e fiscal(is) designado(s), ou respectivos substitutos, a fim de assegurar o cumprimento das especificações técnicas, prazos, condições de execução, qualidade dos materiais empregados e pleno funcionamento do sistema instalado.

6.1.4. A fiscalização exercida pela Administração não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, pela qualidade dos equipamentos e materiais fornecidos, pela segurança dos serviços e pela correção de eventuais vícios, defeitos ou inconformidades.

6.1.5. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução, o cronograma poderá ser ajustado pelo tempo correspondente, mediante registro formal no processo, desde que devidamente justificado.

6.2. Comunicações entre as partes

6.2.1. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica institucional para registros operacionais, agendamentos, solicitações de providências e demais tratativas relacionadas à execução.

6.2.2. A contratada deverá manter canal de comunicação atualizado com a Administração durante todo o período de execução, informando nome, telefone e e-mail do responsável técnico ou preposto indicado.

6.2.3. A Administração poderá convocar representante da contratada para adoção imediata de providências necessárias à correção de falhas, ajustes técnicos ou esclarecimentos relativos à execução do objeto.

6.3. Preposto da contratada

6.3.1. A contratada deverá designar formalmente preposto ou responsável técnico antes do início da execução, indicando seus poderes e deveres em relação ao acompanhamento dos serviços.

6.3.2. O preposto ou responsável técnico deverá acompanhar as etapas críticas da execução, especialmente retirada dos filtros existentes, posicionamento dos novos equipamentos, interligação hidráulica, testes operacionais, correção de inconformidades e entrega do sistema em funcionamento.

6.3.3. Não será necessária a permanência contínua do preposto no local após a conclusão dos serviços, devendo permanecer disponível para contato sempre que necessário durante a vigência da garantia.

6.3.4. A Administração poderá recusar, de forma justificada, a indicação ou manutenção do preposto, hipótese em que a contratada deverá indicar substituto.

6.4. Reunião inicial e alinhamento da execução

6.4.1. Após a assinatura do contrato ou emissão do instrumento equivalente, a Administração poderá convocar a contratada para reunião inicial de alinhamento.

6.4.2. A reunião inicial poderá tratar, entre outros pontos, dos seguintes aspectos:

6.4.2.1. identificação dos 02 filtros existentes a serem substituídos;

6.4.2.2. definição do cronograma de execução;

6.4.2.3. horários permitidos para intervenção na casa de máquinas principal;

6.4.2.4. cuidados para minimizar impactos nas atividades do Complexo Aquático;

6.4.2.5. pontos de interligação hidráulica e eventuais adequações necessárias;

6.4.2.6. condições de acesso, transporte interno e posicionamento dos filtros;

6.4.2.7. procedimentos de segurança durante a execução;

6.4.2.8. procedimentos de descarte dos filtros substituídos, embalagens e resíduos;

6.4.2.9. testes operacionais exigidos para recebimento;

6.4.2.10. documentos técnicos, garantias e orientações operacionais a serem entregues.

6.5. Fiscalização técnica

6.5.1. O fiscal técnico acompanhará a execução do objeto, verificando o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente quanto à conformidade dos equipamentos, materiais, instalação, adequações e testes operacionais.

6.5.2. Compete ao fiscal técnico, entre outras atribuições:

6.5.2.1. acompanhar a retirada dos 02 filtros existentes;

6.5.2.2. verificar se os filtros fornecidos são novos, comerciais, confeccionados em fibra de vidro e compatíveis com as especificações exigidas;

6.5.2.3. verificar se os equipamentos apresentam resistência mínima à pressão de trabalho de 2,5 kgf/cm², capacidade operacional e vazão compatíveis com o exigido no Termo de Referência;

6.5.2.4. verificar a existência de válvula seletora multifuncional, visor de retrolavagem, manômetro, sistema interno de distribuição e drenagem e demais componentes necessários;

6.5.2.5. verificar o fornecimento e carregamento adequado do meio filtrante;

6.5.2.6. acompanhar as adequações hidráulicas e elétricas necessárias;

6.5.2.7. verificar a compatibilidade dos novos filtros com os filtros remanescentes, motobombas, tubulações, registros, válvulas, conexões, barriletes e demais componentes da casa de máquinas principal;

6.5.2.8. acompanhar os testes operacionais de filtração, retrolavagem, enxágue, recirculação, drenagem e fechamento/teste, ou funções equivalentes disponíveis nos equipamentos;

6.5.2.9. verificar a ausência de vazamentos, falhas de vedação, ruídos anormais, obstruções, incompatibilidades ou irregularidades de pressão;

6.5.2.10. exigir a correção de inconformidades antes do recebimento definitivo;

6.5.2.11. registrar ocorrências relevantes relacionadas à execução;

6.5.2.12. subsidiar o gestor do contrato quanto à aceitação, rejeição, glosa ou necessidade de providências adicionais.

6.5.3. Identificada inexatidão, irregularidade ou inconformidade, o fiscal técnico deverá comunicar a contratada para correção, fixando prazo compatível com a natureza do ajuste necessário.

6.5.4. Caso a inconformidade possa comprometer a segurança, o funcionamento da casa de máquinas, a qualidade da água ou a continuidade das atividades institucionais, o fiscal técnico deverá comunicar imediatamente o gestor do contrato.

6.6. Fiscalização administrativa

6.6.1. O fiscal administrativo acompanhará os aspectos formais da execução contratual, verificando a manutenção das condições de habilitação, documentação exigida, prazos, notas fiscais, garantias, regularidade fiscal e demais obrigações administrativas.

6.6.2. Compete ao fiscal administrativo, entre outras atribuições:

6.6.2.1. acompanhar os prazos de execução e vigência contratual;

6.6.2.2. verificar a documentação necessária à liquidação e pagamento;

6.6.2.3. conferir se a nota fiscal corresponde ao objeto efetivamente executado;

6.6.2.4. verificar a manutenção das condições de habilitação e regularidade da contratada;

6.6.2.5. registrar eventuais pendências administrativas;

6.6.2.6. comunicar ao gestor do contrato situações que demandem providências superiores.

6.7. Gestor do contrato

6.7.1. O gestor do contrato será responsável pela coordenação geral da execução contratual, acompanhando os registros dos fiscais, adotando providências necessárias ao saneamento de irregularidades e conduzindo os procedimentos relativos à execução, recebimento, liquidação e encerramento.

6.7.2. Compete ao gestor do contrato, entre outras atribuições:

6.7.2.1. coordenar a comunicação entre Administração, fiscais e contratada;

- 6.7.2.2. acompanhar o cronograma de execução;
- 6.7.2.3. avaliar registros realizados pelos fiscais;
- 6.7.2.4. decidir ou encaminhar decisões sobre ocorrências que ultrapassem a competência dos fiscais;
- 6.7.2.5. solicitar correções, documentos ou esclarecimentos à contratada;
- 6.7.2.6. adotar providências para aplicação de sanções, quando cabível;
- 6.7.2.7. encaminhar documentação para liquidação e pagamento, após manifestação favorável da fiscalização;
- 6.7.2.8. elaborar ou consolidar relatório final da execução, quando necessário.

6.8. Rotinas de fiscalização da execução

6.8.1. A fiscalização da execução dos serviços abrangerá, no mínimo, as seguintes rotinas:

- 6.8.1.1. conferência dos equipamentos e materiais fornecidos;
- 6.8.1.2. verificação da conformidade dos filtros com as especificações técnicas;
- 6.8.1.3. acompanhamento da retirada dos filtros existentes;
- 6.8.1.4. acompanhamento da instalação dos novos filtros;
- 6.8.1.5. verificação das adequações hidráulicas e elétricas realizadas;
- 6.8.1.6. acompanhamento da interligação dos novos filtros ao sistema existente;
- 6.8.1.7. verificação do carregamento do meio filtrante;
- 6.8.1.8. acompanhamento dos testes operacionais;
- 6.8.1.9. registro e acompanhamento da correção de inconformidades;
- 6.8.1.10. conferência da limpeza e organização do local após a execução;
- 6.8.1.11. verificação da destinação adequada dos resíduos gerados, quando aplicável;
- 6.8.1.12. validação do pleno funcionamento do sistema.

6.9. Instrumentos de controle e registros

6.9.1. A fiscalização poderá utilizar relatórios, registros fotográficos, checklists, termos de acompanhamento, comunicações eletrônicas, anotações de ocorrência e demais instrumentos necessários ao controle da execução.

6.9.2. Sempre que possível, recomenda-se o registro fotográfico das seguintes etapas:

- 6.9.2.1. situação inicial dos filtros a serem substituídos;
- 6.9.2.2. retirada dos filtros existentes;
- 6.9.2.3. chegada e posicionamento dos novos filtros;
- 6.9.2.4. execução das interligações hidráulicas;
- 6.9.2.5. carregamento do meio filtrante;
- 6.9.2.6. testes operacionais;
- 6.9.2.7. situação final da casa de máquinas após a instalação.

6.9.3. Os registros deverão subsidiar o recebimento provisório, o recebimento definitivo, a liquidação da despesa e eventual acionamento de garantia.

6.10. Não conformidades e correções

6.10.1. Caso sejam identificadas falhas, defeitos, vazamentos, incompatibilidades, ausência de componentes, materiais inadequados, execução incompleta ou funcionamento insatisfatório, a contratada deverá corrigir as inconformidades às suas expensas.

6.10.2. A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, equipamentos, materiais ou serviços executados em desconformidade com o Termo de Referência, com a proposta ou com as boas práticas técnicas aplicáveis.

6.10.3. A existência de inconformidades impedirá o recebimento definitivo até a completa correção das pendências identificadas.

6.10.4. A correção das inconformidades não afastará eventual aplicação de sanções administrativas, quando cabível.

6.11. Recebimento e validação pelo gestor/fiscalização

6.11.1. O recebimento do objeto deverá observar os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, especialmente quanto à instalação completa dos 02 filtros, compatibilidade com o sistema existente, realização dos testes operacionais e comprovação do pleno funcionamento.

6.11.2. O recebimento provisório somente deverá ocorrer após a conclusão da instalação, realização dos testes operacionais e entrega do sistema em funcionamento.

6.11.3. O recebimento definitivo somente deverá ocorrer após a verificação da qualidade dos equipamentos, dos materiais empregados, dos serviços executados, da correção de eventuais inconformidades e da comprovação do funcionamento adequado do sistema.

6.11.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade da contratada por vícios, defeitos, falhas de instalação, incompatibilidades ou problemas de funcionamento identificados posteriormente, dentro dos prazos legais e contratuais aplicáveis.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Critérios gerais de medição

7.1.1. A medição da execução do objeto será realizada com base na conclusão integral do escopo contratado, considerando o fornecimento, instalação, adequação, testes operacionais e entrega do sistema em pleno funcionamento.

7.1.2. Por se tratar de contratação por escopo, a medição deverá observar o resultado final pretendido pela Administração, não se admitindo pagamento definitivo por fornecimento isolado de equipamentos ou materiais sem a correspondente instalação, integração ao sistema existente e comprovação de funcionamento.

7.1.3. Para fins de medição, será considerada a execução completa do objeto quando comprovados, no mínimo:

7.1.3.1. fornecimento de 02 filtros comerciais novos em fibra de vidro, conforme especificações do Termo de Referência;

7.1.3.2. retirada dos 02 filtros existentes a serem substituídos;

7.1.3.3. instalação dos 02 filtros novos na casa de máquinas principal do Complexo Aquático;

7.1.3.4. fornecimento e instalação das válvulas seletoras, manômetros, visores de retrolavagem, sistema drenante, componentes necessários e fornecimento de aproximadamente 5.400 kg de areia especial para filtros de piscina, destinada à recomposição/substituição do meio filtrante dos filtros da casa de máquinas principal;

7.1.3.5. execução das adequações hidráulicas e elétricas indispensáveis à integração dos filtros ao sistema existente;

7.1.3.6. interligação dos novos filtros aos demais componentes da casa de máquinas principal;

7.1.3.7. realização dos testes operacionais exigidos;

7.1.3.8. correção de eventuais inconformidades identificadas;

7.1.3.9. limpeza e organização do local de execução;

7.1.3.10. destinação adequada dos filtros substituídos, embalagens e resíduos gerados, quando aplicável;

7.1.3.11. entrega do sistema em pleno funcionamento.

7.2. Condições para pagamento

7.2.1. O pagamento será realizado após a conclusão integral do objeto, mediante recebimento provisório, recebimento definitivo e regular liquidação da despesa, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

7.2.2. Não será devido pagamento integral caso os filtros sejam apenas entregues, sem instalação, sem interligação ao sistema existente ou sem realização dos testes operacionais.

7.2.3. Também não será devido pagamento integral caso o sistema apresente vazamentos, falhas de vedação, incompatibilidades hidráulicas, funcionamento irregular, ausência de componentes exigidos, inconformidade dos materiais fornecidos ou qualquer pendência que impeça a entrega do sistema em pleno funcionamento.

7.2.4. A Nota Fiscal ou documento equivalente somente deverá ser emitido após a conclusão da execução e comunicação formal da contratada à Administração, acompanhada das comprovações pertinentes, quando exigidas.

7.2.5. O pagamento ficará condicionado à conferência da execução pela fiscalização, à aceitação do objeto, à regularidade documental e fiscal da contratada e à inexistência de pendências impeditivas.

7.3. Critérios de avaliação da execução

7.3.1. A avaliação da execução contratual para fins de medição e pagamento considerará, no mínimo, os seguintes critérios:

7.3.1.1. conformidade dos filtros fornecidos com as especificações técnicas exigidas;

7.3.1.2. fornecimento de equipamentos novos, sem uso anterior;

7.3.1.3. compatibilidade dos filtros com a casa de máquinas principal e com o sistema existente;

7.3.1.4. correta instalação dos filtros, válvulas seletoras, manômetros, visores de retrolavagem, sistema drenante, meio filtrante e demais componentes;

7.3.1.5. fornecimento de aproximadamente 5.400 kg de areia especial para filtros de piscina, com granulometria adequada ao sistema de filtragem;

7.3.1.6. correta recomposição/substituição do meio filtrante dos filtros abrangidos pela contratação, observada a configuração da casa de máquinas principal;

7.3.1.7. compatibilidade do meio filtrante com os filtros novos, filtros remanescentes e sistema de drenagem existente;

7.3.1.8. execução adequada das interligações hidráulicas;

7.3.1.9. execução adequada das adequações elétricas eventualmente necessárias;

7.3.1.10. ausência de vazamentos, falhas de vedação, obstruções, ruídos anormais ou irregularidades de pressão;

7.3.1.11. funcionamento das funções de filtrar, drenar, retrolavar, recircular, enxaguar e fechar/testar, ou funções equivalentes disponíveis nos equipamentos fornecidos;

7.3.1.12. funcionamento dos manômetros e visores de retrolavagem;

7.3.1.13. circulação regular da água no sistema;

7.3.1.14. correção de eventuais inconformidades apontadas pela fiscalização;

7.3.1.15. limpeza, organização e segurança do local após a execução;

7.3.1.16. entrega de documentação técnica, termo de garantia ou orientações básicas de operação e manutenção, quando aplicável;

7.3.1.17. entrega do sistema em pleno funcionamento.

7.4. Retenção, glosa ou suspensão do pagamento

7.4.1. Será indicada a retenção, glosa ou suspensão do pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

7.4.1.1. não executou integralmente o objeto contratado;

7.4.1.2. forneceu equipamento, material ou componente em desacordo com as especificações exigidas;

7.4.1.3. deixou de instalar qualquer componente necessário ao pleno funcionamento do sistema;

7.4.1.4. não realizou as adequações hidráulicas ou elétricas indispensáveis;

7.4.1.5. não realizou os testes operacionais exigidos;

7.4.1.6. entregou o sistema com vazamentos, falhas, incompatibilidades ou funcionamento insatisfatório;

7.4.1.7. não corrigiu inconformidades apontadas pela fiscalização;

7.4.1.8. deixou de apresentar documentação exigida para liquidação e pagamento;

7.4.1.9. descumpriu obrigações ambientais relacionadas à destinação adequada dos resíduos gerados;

7.4.1.10. utilizou materiais ou mão de obra em quantidade ou qualidade inferior à necessária para a execução adequada do objeto.

7.4.2. A retenção ou glosa deverá observar a extensão da irregularidade, o impacto sobre o funcionamento do sistema e a possibilidade de correção pela contratada.

7.4.3. A aplicação de retenção, glosa ou suspensão de pagamento não afasta a obrigação da contratada de corrigir, às suas expensas, as falhas, defeitos ou inconformidades identificadas.

7.5. Recebimento provisório

7.5.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de até 5 dias úteis, contados da comunicação formal da contratada quanto à conclusão da execução, mediante verificação preliminar pela fiscalização.

7.5.2. Para fins de recebimento provisório, será considerada como conclusão do objeto a finalização da retirada dos filtros existentes, instalação dos novos filtros, realização das adequações necessárias, execução dos testes operacionais e entrega do sistema em funcionamento.

7.5.3. O recebimento provisório não implicará aceitação definitiva do objeto, ficando condicionado à posterior verificação da qualidade, conformidade, quantidade, compatibilidade e pleno funcionamento do sistema.

7.5.4. Caso sejam identificadas pendências, falhas ou inconformidades durante o recebimento provisório, a contratada deverá corrigi-las no prazo estabelecido pela fiscalização, sem ônus adicional à Administração.

7.6. Recebimento definitivo

7.6.1. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 dias úteis, contados do recebimento provisório, após verificação da qualidade dos equipamentos, materiais empregados, serviços executados e funcionamento adequado do sistema.

7.6.2. O recebimento definitivo ficará condicionado à comprovação de que:

7.6.2.1. os 02 filtros foram instalados corretamente;

7.6.2.2. os filtros integram adequadamente o sistema existente da casa de máquinas principal;

7.6.2.3. os testes operacionais foram realizados com resultado satisfatório;

7.6.2.4. não há vazamentos, falhas de vedação, obstruções ou irregularidades aparentes;

7.6.2.5. as funções operacionais disponíveis foram testadas e encontram-se funcionais;

7.6.2.6. eventuais inconformidades foram corrigidas;

7.6.2.7. o local foi entregue limpo e organizado;

7.6.2.8. os resíduos gerados receberam destinação adequada, quando aplicável;

7.6.2.9. a documentação exigida foi entregue, quando cabível.

7.6.3. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da contratada por vícios, defeitos, falhas de instalação, problemas de funcionamento ou inconformidades identificadas posteriormente, observados os prazos legais e contratuais aplicáveis.

7.7. Liquidação

7.7.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o setor competente realizará a liquidação da despesa, verificando se o documento apresentado expressa os elementos necessários e essenciais, tais como:

7.7.1.1. data de emissão;

7.7.1.2. dados da contratada;

7.7.1.3. dados do órgão contratante;

7.7.1.4. identificação do contrato, empenho ou instrumento equivalente;

7.7.1.5. descrição do objeto executado;

7.7.1.6. valor a pagar;

7.7.1.7. eventual destaque de retenções tributárias cabíveis.

7.7.2. A Nota Fiscal deverá corresponder ao objeto efetivamente executado e aceito pela Administração.

7.7.3. Havendo erro na Nota Fiscal, ausência de documentação, pendência na execução ou circunstância que impeça a liquidação, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie a regularização, sem ônus à Administração.

7.7.4. A liquidação ficará condicionada à manifestação favorável da fiscalização quanto à execução do objeto e ao recebimento definitivo.

7.8. Prazo de pagamento

7.8.1. O pagamento será efetuado após a regular liquidação da despesa, no prazo previsto na legislação aplicável e nas normas administrativas vigentes.

7.8.2. O prazo de pagamento somente terá início após o recebimento definitivo, apresentação da Nota Fiscal correta e regularidade da documentação necessária.

7.8.3. Na hipótese de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos poderão ser atualizados na forma prevista na legislação e no instrumento contratual aplicável.

7.9. Forma de pagamento

7.9.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

7.9.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.9.3. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável.

7.10. Vedação ao pagamento por fornecimento incompleto

7.10.1. Não será admitido pagamento definitivo por fornecimento parcial que não resulte na entrega do sistema em pleno funcionamento.

7.10.2. A simples entrega dos filtros, meio filtrante, válvulas, conexões ou demais materiais não caracteriza, por si só, execução satisfatória do objeto.

7.10.3. A obrigação principal da contratada consiste na entrega da solução integrada, instalada, testada, compatível com a casa de máquinas principal e em pleno funcionamento.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e,

nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. Forma de seleção

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2. Regime de execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

9.3. Critério de aceitabilidade de preços

9.3. Tratando-se de serviço comum, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.4. Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.5. Habilitação jurídica

9.5.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.5.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.5.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.5.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.5.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.5.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.5.9. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.7. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.7.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.7.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.7.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.7.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.7.6. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.7.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.7.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.8. Qualificação Econômico-Financeira

9.8.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.8.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.8.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A15] :

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.8.4. Caso não atenda aos índices, será exigido patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor estimado da contratação

9.8.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.8.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.8.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.9. Qualificação Técnico-Operacional

9.9.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.9.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.9.2.1. serviços de instalação ou manutenção de sistemas de filtragem, hidráulicos ou similares.

9.9.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.9.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.9.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.9.6. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.9.7. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9.9.8. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.9.8.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.10. Disposições gerais sobre habilitação

9.10.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.10.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.10.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.10.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.10.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.11. Documentação complementar para cooperativas

9.11.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.11.2. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.11.3. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.11.4. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.11.5. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.11.6. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.11.7. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.11.7.1. ata de fundação;

9.11.7.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.11.7.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.11.7.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.11.7.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.11.7.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação;

9.11.7.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 38.985,00 (trinta e oito mil, novecentos e oitenta e cinco reais), conforme custos unitários apostos na tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.
- 11.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:
- 11.2.1. Gestão/Unidade (UGE): 180341 – Escola de Educação Física da Polícia Militar do Estado de São Paulo – EEF/PMESP;
- 11.2.2. Fonte de Recursos: 150010001;
- 11.2.3. Programa de Trabalho: 180402;
- 11.2.4. Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
- 11.2.5. Plano Interno: 2026.
- 11.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

São Paulo, 01 de junho de 2026.

VICTOR TENORE ROCHA

Cap PM - Ch Seq de Trein Fis

13. ANEXO I

Não se aplica à presente contratação.

14. ANEXO II

Não se aplica à presente contratação.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VICTOR TENORE ROCHA



ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UGE 180341
Av. Cruzeiro do Sul, 548- Canindé- São Paulo/SP
MINUTA DE CONTRATO



Processo Administrativo nº 057.00164505/2026-75

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº EEF _____,
CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SÃO PAULO, POR
INTERMÉDIO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
E _____

O Estado de São Paulo por intermédio da ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, com sede na Avenida Cruzeiro do Sul, 548, bairro Canindé, na cidade de São Paulo /Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 04.198.514/0116-01, neste ato representada por _____, nomeada pelos artigos 3º e 7º, inciso I, do Decreto Estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, *portadora da identificação funcional nº* _____, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e a _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado por _____, inscrito no CPF sob o nº _____, conforme atos constitutivos da fornecedora, tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico nº* _____, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços para substituição dos filtros do sistema de filtragem e tratamento químico de água da casa de máquinas do Complexo Aquático desta Escola de Educação Física, com fornecimento e instalação dos equipamentos, materiais e insumos necessários ao pleno funcionamento do sistema, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

Item	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de substituição do sistema de filtragem e tratamento químico da água.	9962	SERVIÇO	01	R\$ 38.985,00	R\$ 38,985,00

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;



ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UGE 180341
Av. Cruzeiro do Sul, 548- Canindé- São Paulo/SP
MINUTA DE CONTRATO



- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.4. O regime de execução deste contrato é o de *empreitada por preço global*.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 02 (dois) dias, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxx)

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.

5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-



ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UGE 180341
Av. Cruzeiro do Sul, 548- Canindé- São Paulo/SP
MINUTA DE CONTRATO



se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irredutíveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 14/05/2025.

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA-FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;



ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UGE 180341
Av. Cruzeiro do Sul, 548- Canindé- São Paulo/SP
MINUTA DE CONTRATO



- 8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 10 (dez) para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;
- 8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 10 (dez), contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.1.12. Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.13. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.
- 8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.
- 8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;



ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UGE 180341
Av. Cruzeiro do Sul, 548- Canindé- São Paulo/SP
MINUTA DE CONTRATO



9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;



ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UGE 180341
Av. Cruzeiro do Sul, 548- Canindé- São Paulo/SP
MINUTA DE CONTRATO



9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.22. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo ser exigida do Contratado, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou do novo fornecedor que continuará a execução dos serviços

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 67.301, de 2022, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 67.301, de 2022.



ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UGE 180341
Av. Cruzeiro do Sul, 548- Canindé- São Paulo/SP
MINUTA DE CONTRATO



9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);



ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UGE 180341
Av. Cruzeiro do Sul, 548- Canindé- São Paulo/SP
MINUTA DE CONTRATO



ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

Calculada em conformidade com o item 12.4 e subitens do Edital que integra este instrumento.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de



ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UGE 180341
Av. Cruzeiro do Sul, 548- Canindé- São Paulo/SP
MINUTA DE CONTRATO



direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021, *bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa (se admitida a participação/contratação de cooperativa*.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:



ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UGE 180341
Av. Cruzeiro do Sul, 548- Canindé- São Paulo/SP
MINUTA DE CONTRATO



- I. Gestão/Unidade: 00001/180341
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho: 180402 – Administração Geral da PMESP
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Nota de Empenho: 2026NE**

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.



ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UGE 180341
Av. Cruzeiro do Sul, 548- Canindé- São Paulo/SP
MINUTA DE CONTRATO



E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III
(PAPEL TIMBRADO)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MATERIAL	VALOR TOTAL
1	Serviços de substituição do sistema de filtragem e tratamento químico da água	9962	SERVIÇO	01	R\$	R\$

ELABORAÇÃO EM ____/____/2026.
VALIDADE: 60 DIAS.

OBS: Nos preços propostos estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: quantidade, preços unitários dos materiais, mão de obra, transportes, tributos de qualquer natureza, todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a prestação de serviços, bem como limpeza e destinação adequada para os resíduos, fornecimentos de quaisquer outros materiais para plena execução dos serviços, conforme as especificações técnicas do termo de referência.

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO/NOTA DE EMPENHO:

NOME COMPLETO:

RG:

CPF:

E-MAIL EMPRESA (OBRIGATÓRIO):

TELEFONE FIXO: (XX) _____,

TELEFONE COMERCIAL: (XX) _____,

TELEFONE CELULAR: (11) _____

ENDEREÇO COMERCIAL:

FUNÇÃO:

REGISTRO EM CONSELHO: (SE HOUVER)

DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:

01- BANCO DO BRASIL

02- AGÊNCIA:

03- CONTA CORRENTE:

CARIMBO CNPJ

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

ANEXO IV

MODELOS DE DECLARAÇÕES

ANEXO IV.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(Em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;

b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;

c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;

d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e

e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

OU

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)